



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1240>



Educação e trabalho de mulheres negras: histórias de vida na interseccionalidade entre gênero e raça

Vilma Lemos*

ORCID iD 0000-0003-4881-118X

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Núcleo Memórias do ABC, São Caetano do Sul, Brasil

Priscila F. Perazzo*

ORCID iD 0000-0001-9073-075X

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, PPGCOM, Núcleo Memórias do ABC, São Caetano do Sul, Brasil

Rebeca Nunes Guedes de Oliveira*

ORCID: 0000-0002-8784-9589

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, PPGCOM, São Caetano do Sul, Brasil

Resumo: Neste artigo, discute-se a escolarização e as possibilidades de trabalho de mulheres negras na região do ABC Paulista, São Paulo, Brasil, entre 1950 e 1960, a partir da análise do discurso em narrativas orais de Histórias de Vida, produzidas pelo método da História Oral. O objetivo é compreender a construção da identidade dessas mulheres no contexto de exclusão e discriminação social no período do desenvolvimento industrial da região do ABC Paulista, considerando-se o olhar da interseccionalidade entre gênero e raça. Acionam-se os conceitos de memória e identidade social para interpretação e análise de narrativas de seis mulheres negras entrevistadas em 2005, com idades entre 65 e 78 anos. A pesquisa mostrou a triste realidade de discriminação e exclusão vivenciadas por essas mulheres sob a ainda provável influência social dos tempos da escravidão, de modo que se compreenda como se dá a problemática de gênero e raça em sua interseccionalidade.

* Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com orientação da Profa. Dra. Maria Sophia Zanotto. E-mail: lemosvilma406@gmail.com.

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), com orientação da Profa. Dra. Maria Luiza Tucci Carneiro. E-mail: prisperazzo2@gmail.com.

* Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), com orientação da Profa. Dra. Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca. E-mail: rebeca.oliveira@online.uscs.edu.br.

Palavras-chave: Memória. História Oral. Trabalho. Mulher negra.

Education and work of Black Women: life stories in the intersectionality between gender and race

Abstract: In this article, discusses the education and employment possibilities of work for black women in the ABC Paulista region, São Paulo, Brazil, between 1950 and 1960, from the discourse analysis in oral narratives of Life Stories, produced by the Oral History method. The main objective is to understand the construction of the identity of women in the context of exclusion and social discrimination in the region of ABC Paulista in the industrial development period, considering intersectionality between gender and race. It uses the concepts of memory and social identity for analysing six black women narratives, registered in 2005, when they are between 65 and 78 years old. Research had shown the sad reality of discrimination and exclusion experienced by these women under the still probable social influence of slavery, understanding how the issue of gender and race take place in their intersectionality.

Keywords: Memory. Oral history. Work. Black Woman.

Introdução

Por meio do discurso se entrevê a constituição de identidades sociais. Entender como as pessoas narram a si próprias e se posicionam no mundo passa pela análise de seu discurso. Acrescentando-se a isso as circunstâncias históricas, culturais, sociais, as relações de poder instituídas e as questões da construção de gênero e de raça, pode-se então compreender por que Maria Rita, ao ser convidada para contar sua história de vida, em 2005, aos 76 anos, nos disse: “Não tenho nada para falar, não tem nada na minha vida que interesse”.

Por que Maria Rita não acha sua vida algo interessante? Como ela considera o seu lugar na sociedade? Qual identidade ela se atribui? Será que as histórias dos “nascidos sem colheres de prata na boca” (Sharpe, 1992, p. 62) são menos importantes ou significativas que as histórias das pessoas que nasceram em “berço de ouro”? Essas, entre outras questões, motivam as reflexões que perfilam neste artigo, buscando nas histórias de seis mulheres negras, moradoras de Santo André e de São Caetano do Sul, cidades da região metropolitana do estado de São Paulo, Brasil, narrativas diferentes das histórias que habitualmente são contadas.

Todavia, sob a perspectiva da metodologia da ciência, a questão que se coloca é: pode-se apoiar nesses relatos de História Oral para compreender sociológica e discursivamente um fenômeno social? Essa é uma das muitas perguntas para pesquisadores que se orientam pelo método da História Oral.

Além disso, inscrever as mulheres na história pressupõe uma redefinição do que é historicamente relevante, considerando tanto a experiência pessoal e a dimensão

singular da subjetividade, quanto a dimensão das atividades sociais, políticas e suas interfaces (Scott, 1990, p. 3).

Nesse sentido, o presente estudo vislumbra descortinar as narrativas orais de histórias de vida (Perazzo, 2015) de mulheres negras no desenvolvimento das cidades da região do ABC Paulista, para compreender, a partir do processo histórico de sua inserção no mercado de trabalho, a construção identitária dessas mulheres ao tecer as narrativas de si mesmas. O texto tem como objetivo analisar as histórias de seis mulheres negras, moradoras das cidades da região do ABC Paulista, em relação à escolarização e inserção no mercado de trabalho, demonstrando como essas mulheres constroem suas identidades raciais e de gênero ao falarem de si mesmas, denunciando a cristalização de uma memória social brasileira que relegou as pessoas negras ao anonimato, ao heroizar homens, frequentemente brancos, oriundos de extratos sociais abastados e poderosos. Afinal, o “que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (Pollak, 1989, p. 10).

Articulamos o referencial teórico-metodológico da História Oral e memória à perspectiva da interseccionalidade entre gênero e raça para a análise do discurso. As relações que atuam no imaginário social conferem sentidos a construções identitárias dessas mulheres e projetam o futuro a partir da produção de sentidos em relação ao passado (Caldeira, 2013, p. 1206).

A perspectiva de análise do feminismo interseccional parte das múltiplas discriminações enquanto fenômenos que não são mutuamente excludentes entre si, mas que interagem, de modo que sobre todas as mulheres recai o peso da discriminação de gênero. Entretanto, essas iniquidades incidem de forma desproporcional sobre diferentes grupos de mulheres:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (Crenshaw, 2002, p. 7).

Na proposição inicial da pesquisa, foram contatadas vinte e cinco mulheres, porém, apenas sete se dispuseram a gravar entrevistas, alegando que suas histórias não tinham nada de importante, porque, para elas, “importantes eram os políticos”. Logo de início, o que se verificou foi um nítido apagamento do ser social e de sua identidade.

Embora a mostra seja pequena, não é menos significativa para apontar as desigualdades desse grupo de mulheres historicamente excluídas. Além de buscar a valorização daquelas que, muitas vezes, acreditam não ter o que dizer, a construção da identidade das mulheres negras requer uma retrospectiva histórica em busca das motivações da presença desse grupo social no país e a construção, no imaginário

popular, do papel que lhes foi atribuído. Para tanto, retoma-se a presença dessas mulheres na região do ABC Paulista, nas décadas de 1950 e 1960, a partir de suas narrativas de histórias de vida que contam sobre a inserção no mercado de trabalho local, construindo a identidade de mulher, negra e trabalhadora.

Narrativas orais de história de vida como questão metodológica de História Oral

A posição das autoras deste texto é a de valorizar as histórias das pessoas comuns, inseridas no contexto regional, registrando, por meio de entrevistas gravadas, suas narrativas orais de história de vida (Perazzo, 2015), com base em métodos da História Oral.

Parte-se da análise das narrativas de memória de mulheres entrevistadas para a pesquisa *Filhas de Anastácia: trabalho de mulher afro-descendente na região do ABC* (2004-2005), ligada ao Núcleo de Pesquisas Memórias do ABC, da Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS). Para o presente estudo, foi feito um recorte das narrativas de seis mulheres, inseridas no acervo [suprimido - identificação de instituição], que descortinam especificidades que inter cruzam questões de classe social, gênero e raça, cuja análise, aqui proposta, é pertinente.

As narrativas analisadas foram coletadas a partir de depoimentos dessas mulheres que evocam suas lembranças e registradas em entrevistas gravadas em áudio e vídeo. A produção de dados da memória baseou-se no método da História Oral que, segundo Thompson (2006), é uma abordagem ampla, que possibilita a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação.

Acrescentamos também a busca da valorização daquelas que, muitas vezes, acreditam não ter o que dizer. Compreender as narrativas das mulheres negras requer uma retrospectiva histórica, em busca das motivações da presença de negros e negras no país e a construção, no imaginário popular, do papel que lhes foi atribuído, rememorando a presença delas no mercado de trabalho local, na região do ABC Paulista, nas décadas de 1950 e 1960.

Os relatos pessoais dessas mulheres formam narrativas dos sujeitos artífices da própria história. “Cada sujeito narra a partir de sua subjetividade”, uma vez que vê e sente sua história por meio de suas lembranças, que se constituem a partir do seu lugar no mundo, marcam suas trajetórias “de acordo com sua concepção de mundo e sua percepção de si mesmo” (Perazzo, 2015, p. 123).

Narrar, então, é fundamental, porque, nesta ação, o narrador percebe a realidade e organiza sua experiência e sua memória (Bruner, 1991). Como as narrativas supõem um narrador e um ouvinte, é importante haver a escuta atenta e sensível durante

as gravações. As narrativas orais são constitutivas do pensamento, da memória e da subjetividade na formação de uma identidade pessoal e profissional, de gênero e de raça. Eis, então, porque concebemos a História Oral como “a história do tempo presente, pois implica a percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado” (Ichikawa; Santos, 2010, p. 182).

As pessoas, ao narrarem suas memórias, reelaboram o que viveram, fato que não descredencia o depoimento, uma vez que estamos interessados nas suas experiências vividas e na sua visão dos acontecimentos para além dos registros oficiais. O que se pretende com as narrativas orais é a história singular, do indivíduo, do sujeito histórico por sua própria voz, quando aciona suas lembranças.

É essa visão de mundo [do depoente] que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados. Ela é individual, particular àquele depoente, mas constitui também elemento indispensável para a compreensão da história de seu grupo social, sua geração, seu país e da humanidade como um todo. (Alberti, 2005, p. 13).

As narrativas orais são unidades de interação social que organizam o discurso e a vida social, descrevem a cultura em que se vive e indicam modos de ação legitimados ou não por essa mesma cultura. Quando os sujeitos contam suas histórias, adquirem conhecimento acerca de quem são e constroem suas identidades sociais.

Constata-se, entre essas mulheres, a negação da importância da própria vida, como se gente miúda não fizesse história, quando alegam que suas vidas não têm nada de importante. Por isso, destacamos a força do método da História Oral e da reconstrução da memória por meio da narrativa das lembranças, ao escutarem àqueles que normalmente não são ouvidos: “os esquecidos, os excluídos ou, retomando a bela expressão [...] os ‘derrotados’” (Joutard, 2000, p. 33). Desse modo, a prática da História Oral permite às pessoas que contam suas histórias oferecerem suas vozes às escutas de pesquisadores e pesquisadoras, numa relação ativa ente esses participantes. A devolução das narrativas orais às narradoras é parte importante desse processo de investigação e ação social. Nesta pesquisa, as mulheres que contaram suas histórias receberam, à época, uma mídia com a gravação de seus relatos. Contudo, a ação social se dá no momento do relato, na interação com pesquisadores no momento da fala e da escuta. As reações dessas mulheres entrevistadas, como se descobrissem o valor de suas próprias vidas, ocorreu no momento em que se deram as gravações. Devido ao encerramento desta pesquisa, não foram feitos acompanhamentos com as narradoras sobre qualquer transformação que este relato com escuta atenta possa ter provocado nelas, pois isto significa um novo projeto, o que, por circunstâncias daquela época, não aconteceu.

Narrativas de identidade, cultura e memória na intersecção gênero e raça

Percebemos em nossa análise que as narrativas orais de histórias de vida das mulheres entrevistadas ecoam socialmente na cultura de seus ancestrais escravos e nos valores culturais da sociedade brasileira. Desse modo, a cultura é enfocada conforme Geertz (1989, p. 15), que a considera uma “teia de significados” e “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. Esta forma de entender a cultura não exclui as realidades políticas, econômicas e estratificadoras nas quais os humanos se inserem, um alerta do próprio autor, para quem a análise cultural é sempre incompleta.

Peter Burke (1995, p. 92) considera as identidades dentro de uma cultura que se forma na interação com o coletivo. O autor afirma que se faz necessário entender o processo de formação das identidades culturais como uma “construção”, por serem produtos ou invenções expressas e “incorporadas” em veículos, tais como ritos, mitos e cultura material.

Jorge González (2012) pensa cultura em cinco sentidos, no entanto, aqueles ligados ao desejo, à inclusão e à exclusão são os que nos levam ao “centro da constituição das identidades”, operando no sentido do pertencimento, organizando a experiência cotidiana para uma vida em comum, sendo a cultura “recordação seletiva [...]. Memória do que fomos e do que alguma vez pudemos ser”. Os sentidos de inclusão e exclusão nos levam à noção de pertencimento que “sempre vai acompanhad[a] da elaboração do sentido do que não somos” (González, 2012, p. 128).

Percebemos esses sentidos na construção da identidade dessas mulheres. Se em suas vidas não há nada que interesse, como diz de imediato Maria Rita, elas podem estar articulando tanto o sentido de exclusão – considerando que estão fora da sociedade englobante – bem como os sentidos de inclusão e desejo: pertencer a um outro grupo, cujos saberes se expressam por outras informações e outros suportes materiais, cujo poder reparte e distribui os saberes de formas diferentes. Segundo González (2012), a exclusão se dá do mundo maior, mas a inclusão as coloca nas minorias sociais, acionando o desejo de pertencimento a partir da experiência cotidiana dessa vida comum, de todos do grupo aos quais elas pertencem, acionando a memória do que foi e o desejo do que poderia ser.

Pela análise de suas falas percebemos valores partilhados da história social de um país sexista e escravocrata que manteve, por décadas, uma visão excludente daqueles cujos ancestrais formaram um grupo social de trabalhadores reificados. Libertos em 1888, o Brasil de então não construiu um plano de oportunidades de melhoria para os ex-escravos, deixados à própria sorte. Da senzala, as escravas passaram, posteriormente, para empregadas domésticas, em condições ainda de subordinação e exploração.

Pelas narrativas orais de histórias de vida dessas mulheres, é possível avaliar uma parte de nossa realidade social e histórica, de pessoas cujas vozes foram silenciadas, até

mesmo no discurso delas mesmas. Segundo Bruner (1991), as narrativas são versões da realidade, cuja aceitabilidade é regida por convenções sociais, que são transmitidas culturalmente. A experiência vivida (pensamento, desejo, etc.) é individual e não será plenamente compartilhada, contudo, interpretam-se as expressões da experiência pela análise das narrativas, cientes de que, no fluxo da memória, iluminam-se ou não algumas causas: esquecimentos, silêncios, silenciamentos, que fazem parte do ato de lembrar. Trata-se da recuperação do vivido segundo quem o viveu, pois “lembrar nunca é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Cruzeiro, 1996, p. 3).

Não é estranho o fato de algumas dessas mulheres negarem sua importância, sua história e, ainda, de outras mulheres negras contatadas se recusarem a relatar suas histórias de vida, julgando não serem importantes. A história e a cultura, como memória enquadrada (Pollak, 1989) do país ratificaram a manutenção desse *status quo*. E as narrativas dessas mulheres podem ser consideradas como uma memória subterrânea, ou seja, histórias que não são lembradas na memória enquadrada (que significam as memórias coletivas ou nacionais), mas são lembranças “zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante” (Pollak, 1989, p. 8).

As pessoas narram acontecimentos vividos, a partir de seu ponto de vista, com base no momento presente, ou seja, tendo ausentes o acontecimento ou o objeto motivo das lembranças (Le Goff, 2003), mas selecionando, negociando e conciliando lembranças próprias e lembranças organizadas e narradas pela memória da coletividade.

Por isso, a pesquisa com as mulheres negras a partir de suas narrativas orais de histórias de vida é trabalho de reescrita das identidades individuais e sociais, numa relação memória-identidade, que demonstra que a “memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade”, pois expressa-se como “sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo” na reconstrução de si (Pollak, 1992, p. 204).

Ao alegar que “importantes mesmo eram os políticos”, as depoentes compreendem política a partir de seu significado institucional, governamental, numa dimensão distante e superior ao seu lugar social. Essa compreensão está relacionada aos fatores históricos como: direito ao voto das mulheres no Brasil, conquistado tardiamente nos anos 1930, sem acesso aos mecanismos de ascensão aos cargos de liderança em instituições políticas; manutenção estrutural de preconceitos e contradições materiais que permeiam a realidade das mulheres, que acumulam funções de maneira desigual no espaço doméstico. Esses fatores têm impedido as mulheres de ocupar o espaço político governamental na mesma proporção de sua representação como eleitoras. A vulnerabilidade social, de cultura dominante racista e patriarcal, e os modos de socialização distanciam um elevado contingente de mulheres, especialmente as mulheres negras, da possibilidade de formação e atuação político-governamental (Moraes, 2003).

Rodrigues e Freitas (2021), em estudo sobre a trajetória política do ativismo

feminista negro no Brasil, discutem a sub-representação de mulheres negras na política institucional como pauta do feminismo negro nas últimas décadas. A compreensão das causas dessa sub-representação esbarra na baixa qualidade dos dados disponíveis, visto que somente em 2014 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) incluiu informações sobre raça/cor nos dados de candidaturas, o que revela uma política institucional estruturada em uma base que desconsiderou especificidades históricas dos diferentes pertencimentos sociais.

Ademais, após a efervescência dos debates políticos que permearam as eleições brasileiras de 2018 e do assassinato da vereadora Marielle Franco, observou-se uma maior visibilidade em relação às pautas relativas à representatividade das mulheres negras na política institucional, que forjou a expressão “eu sou porque nós somos”, muito comum entre as ativistas negras.

Entre 2015 e 2018 houve expressivo aumento na participação de mulheres e homens negros, em conjunto com o crescimento no contingente de parlamentares mulheres eleitas (de 51, na 55ª legislatura, para 77, na 56ª) lança luz sobre os desafios políticos do Brasil atual. O desejo por mudança, visibilidade e representatividade vem garantindo vitórias parciais a membros de grupos historicamente discriminados. (Rodrigues; Freitas, 2021, p. 43).

Ao iluminar a história a partir de um recorte interseccional de gênero e raça, pressupomos que os fatos frequentemente ignorados dizem respeito a especificidades próprias das mulheres negras. A história “dos negros”, ou mesmo “das mulheres”, silencia a história das mulheres negras, uma vez que homens e mulheres não vivenciaram a escravidão e nem vivenciam o racismo e o sexismo da mesma forma, o que requer o olhar para a interseccionalidade das múltiplas discriminações que se inter cruzam nas trajetórias de vida (Táboas, 2021).

No que concerne às participantes deste estudo, múltiplas subalternidades intersectam-se em encruzilhadas que determinam histórias de vida marcadas por condições excludentes que engendram uma história silenciada, que forja, conforme o discurso evidenciado no depoimento de Maria Rita, o não reconhecimento das mulheres negras enquanto sujeitos da história, nem mesmo da sua própria história, marcada pela sujeição a uma realidade delineada por um discurso dominante branco e androcêntrico.

A respeito da intersecção entre raça e gênero, pode-se dizer que a “discriminação interseccional é particularmente difícil de ser identificada em contextos [cujas] formas econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo”. E colocam as mulheres em posições de subordinação, como um “fato natural”, imutável e invisível, resultando em discriminações racistas (“se existir uma estrutura racial como pano de fundo”) ou sexistas (“se existir uma estrutura de gênero como pano de fundo”). Desse modo, só se compreenderia a discriminação como um problema interseccional

se as dimensões raciais ou de gênero aparecessem em primeiro plano, vistos aspectos que forjam a subordinação (Crenshaw, 2002, p. 176), que será discutida a seguir, compreendendo a inserção das mulheres negras na educação e no mercado de trabalho, no ABC Paulista, descortinada pelas narrativas orais de histórias de vida.

Educação e trabalho de mulheres negras

A região do Grande ABC Paulista, até 1945, era uma única unidade administrativa, vista como subúrbio industrial da cidade de São Paulo. A partir de 1930, tornou-se o quarto maior centro industrial do Brasil. Desde o início do século XX, a região sediou fábricas de diversos setores, concentrando-se, principalmente, nas indústrias têxteis e automobilísticas. Da década de 1950 em diante, a região foi geradora de empregos devido ao desenvolvimento do país.

O governo de Juscelino Kubitschek (JK), iniciado em janeiro de 1956, pautou-se pelo crescimento econômico do país com o Programa de Metas, que abrangia setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. A indústria automobilística ganhou impulso com uma produção nacional de controle estrangeiro e capital internacional. A política desenvolvimentista aplicada no governo JK fez o país crescer, em média, 8,1% ao ano (Moreira, 2005).

Nesse contexto de desenvolvimento econômico, ocorreu a migração das populações do campo para as cidades, fato bastante relevante na região do ABC, cuja força de trabalho adveio de migrantes de várias regiões brasileiras e de imigrantes para comporem parte da mão de obra operária na industrialização da região. As mulheres negras, entrevistadas em 2005, contaram que chegaram à região em busca de trabalho, fosse para elas mesmas ou para seus familiares, pelas ofertas de emprego acenadas pelos empregadores locais.

A educação das mulheres negras teve papel relevante em relação às suas escolhas e possibilidades profissionais: tiveram pouco acesso à escolarização, porque a educação das meninas era basicamente doméstica, feita pelas próprias mães que lhes ensinavam o serviço da casa e o cuidado com a família. A pouca escolarização, a educação informal em oposição ao prestígio social para os serviços técnicos que lhes era negado, contribuíram para a depreciação dos afazeres domésticos, criando nessas mulheres um sentimento de inferioridade em relação aos homens das suas famílias, que podiam frequentar escolas técnicas e aprender um ofício de operário para trabalhar nas indústrias emergentes.

Isabel, 63 anos no momento da entrevista, em 2005, narrou as dificuldades que teve para estudar, pois as escolas eram poucas e distantes. Às condições econômicas de sua família somavam-se os problemas de distância e preconceito:

[...] Eu não consegui estudar mais. Nós íamos e voltávamos a pé... Naquele tempo,

tinha preconceito. A gente, que é de cor, quer dizer, cor tem telefone, cadeira, porque eu sou negra, a gente que era negra, não tinha chance, porque a escola era só aquela, e negro não tinha chance. (Isabel dos Santos, 2005).

Em seu relato, contou que a maioria dos alunos era branca, reafirmando a hipótese de que mulheres negras não conseguiam estudar nas escolas da região. Muitas vezes, o preconceito vinha dos vizinhos e das professoras da escola que, ao posicionarem os alunos na classe, colocavam as crianças negras nas últimas carteiras, ao fundo da sala de aula: "os negros ficavam nas últimas... Então, a gente ficava lá atrás. Além de ser negro e não ter dinheiro, ficava lá atrás" (Isabel dos Santos, 2005).

Discriminações eram usuais, como segue contando Isabel: na fila da merenda escolar, quando ela estava prestes a receber seu alimento, foi retirada dali e encaminhada para o fim da fila:

Eu me lembro uma vez, quando ia chegar a minha vez, me levaram lá para trás outra vez e o povo foi passando. É desagradável. Eu estava na fila da escola. Estava quase para chegar a minha vez, na hora da merenda. Mandaram esperar um pouco e a mulher veio e me colocou lá atrás. É uma coisa que marca, que você não esquece, mas não estou nem aí. Agora vou onde quero, entro onde quero. Se vier falar alguma coisa, já respondo à altura, sempre com educação. Mas, naquele tempo era mais difícil. (Isabel dos Santos, 2005).

Entre as mulheres entrevistadas, somente Isabel falou sobre preconceito e discriminação. As demais alegaram que nunca passaram por tais situações ou, pelo menos, "nada que elas pudessem se lembrar". O esquecimento torna-se mais significativo que a lembrança, pois fatos que não podem ser lembrados talvez estejam ligados a situações traumáticas e, preferencialmente, são esquecidos, deixados de lado (Bosi, 2003).

A condição de mulher também era um impedimento para frequentar a escola. Maria Rita, aos 76 anos no momento da entrevista, disse:

Eu não estudei. Meu pai achava que tinha de falar no corpo e não na alma. Ele achava que a gente mulher, não precisava estudar naquela época. Meu irmão foi para a escola, mas não aprendeu nada. Eu tive de ajudar em casa, para comer. (Maria Rita Ribeiro, 2005).

A possibilidade do estudo das meninas envolveu um processo tortuoso de enfrentamento de preconceitos e barreiras culturais relativos à escolaridade das mulheres que normalizaram a família e o espaço doméstico como o lugar delas (Moraes, 2003).

Se o espaço doméstico foi destinado às mulheres brancas de classes sociais mais favorecidas, para as mulheres negras o trabalho como condição de subsistência própria

e da família sempre foi uma realidade, seja na agricultura, no serviço doméstico, nas funções relacionadas ao cuidado ou, ainda, como operárias.

As meninas negras de outrora cresceram desejando estudar, mas foram obrigadas a abdicar da escolaridade para trabalhar na roça, usando a enxada para colher seu próprio sustento e o de sua família. O trabalho braçal na colheita da cana-de-açúcar no campo é lembrado, bem como o ato de carpir as roças de café, milho, arroz.

Maria Rita Ribeiro	Maria de Lourdes Souza
Quando a gente era criança, com 8 anos, a gente já começou a trabalhar na roça. Sempre trabalhei na roça, capinando café, milho, arroz, essas coisas. Depois, nós fomos morar em outra fazenda, e foi a mesma coisa... Eu tive de ajudar em casa, para comer.	A minha infância não foi muito boa. Com 9 anos, eu fui para a roça... Meus pais eram muito pobres e a gente tinha de trabalhar... No tempo em que eu trabalhava, não tinha essas máquinas como tem agora. As canas eram cortadas, e isso ficou na minha memória. A minha mãe cortava as canas e eu amarrava 18 canas em cada feixe e aí vinham os homens para catar e colocar no caminhão para levar até a usina.

Quadro 1 – Trechos de depoimentos sobre trabalho na roça.

Fonte: entrevistas gravadas. Acervo HiperMemo (Memórias do ABC-USCS).

Essas mulheres estudaram no que hoje se denomina Ensino Fundamental I, tendo, em média, quatro anos de escolarização básica. Algumas são apenas alfabetizadas. A escolarização precária teve reflexos em suas perspectivas de emprego, bem como em suas posições sociais. A pouca escolarização das entrevistadas implicou utilização mais simplificada da linguagem, se consideramos o padrão gramatical das pessoas que conseguiram avançar nos estudos. Notam-se falhas em concordâncias básicas entre sujeitos de frases e verbos, nas frequentes ausências de plural quando deveria ocorrer, nas dificuldades de organizar o pensamento por falta de palavras, resultando em verbalizações mais truncadas ao expressarem suas emoções, seu cotidiano, enfim, suas lutas. Não estamos querendo dizer, com essas constatações, que a comunicação não se fez, que não se fizeram entender durante as entrevistas, mas sim que são marcas da pouca oportunidade no campo da escolarização formal, fato que, certamente, resultaria em menos dificuldades nas suas verbalizações e, talvez, em possibilidades de empregos menos danosos para a saúde física das mulheres entrevistadas.

Entre essas mulheres, uma delas se destacou por relatar condições diferenciadas de infância, juventude e inserção no mercado de trabalho. Maria José, 64 anos em 2005, não trabalhou na roça quando criança. Completou os estudos e fez curso técnico em Contabilidade. O ginásio foi cursado em uma escola particular de São Caetano do

Sul. Maria José não soube explicar como o irmão lhe conseguiu uma bolsa de estudos, mas considerou que sua escolarização foi decisiva em sua trajetória de vida e trabalho. Conseguiu emprego na fábrica Cerâmica São Caetano. Dizia-se que a vaga correspondia a um trabalho no escritório da fábrica, contudo, começou trabalhando nas prensas, pois não havia tal vaga no escritório. Permaneceu nessa função até seu desligamento da empresa, quando encontrou outro emprego na prefeitura, em 1962.

Nesse caso, o estudo contribuiu para que Maria José conseguisse o emprego. As outras mulheres não relataram situações em que o estudo lhes possibilitasse melhores condições de profissionalização. Por outro lado, era uma época de desenvolvimento econômico e industrial na região do Grande ABC e as ofertas de emprego nas fábricas eram abundantes. Muitas relataram a facilidade com que podiam se empregar:

Benedita Damaceno Porfírio	Maria de Lourdes Souza
Naquele tempo, você chegava lá e não precisava mais nada. Você entrava na fila, eles olhavam seus documentos e já mandavam entrar, ali você fazia uma ficha, marcavam hora para tirar chapa do pulmão.	Às vezes, a pessoa saía do emprego em que estava para entrar em outro. Não é como agora. Eu fui nessa firma, tinha uma amiga que trabalhava lá, e ela falou que lá estava precisando de moças. Eu fui e no mesmo dia me pegaram e no outro dia comecei a trabalhar.

Quadro 2 – Trechos de depoimentos sobre empregabilidade na região do Grande ABC.
Fonte: entrevistas gravadas. Acervo HiperMemo (Memórias do ABC-USCS).

Note-se que, para conseguir emprego, era importante ter boa saúde e, nesse caso, o grau de escolarização não era considerado. Essas mulheres não tiveram infância como a de outras crianças: não brincavam porque tinham de trabalhar. Entraram muito cedo no mercado de trabalho informal, sendo a zona rural (a roça) o primeiro local de trabalho braçal, uma necessidade de subsistência. Arcínia, 65 anos no momento da entrevista, exemplifica bem sua rotina durante a infância, com responsabilidade de contribuir para o sustento da família:

Às quatro da manhã, quando tinha a alvorada, o fiscal da fazenda tocava uma buzina que acordava todo mundo. Nessa hora, você tinha de levantar e se preparar porque cinco e meia tinha de estar todo mundo na roça. (Arcínia Monteiro Mathias, 2005).

O aprendizado dos serviços domésticos, dos afazeres da casa, dos cuidados com crianças e animais tornou-se a primeira qualificação para o mercado de trabalho, visto que muitas delas tiveram como primeiro emprego o de doméstica ou de babá.

"Comecei a trabalhar com 12 anos em casa de família", disse Isabel dos Santos

(2005). Essa era a forma costumeira dessas mulheres se referirem ao emprego de doméstica. O termo “casa de família” chama a atenção por denotar uma questão social, de diferenças socioeconômicas, indicando que as casas de famílias mais abastadas utilizavam os serviços de mulheres que não fossem para a prostituição. Trabalhar em “casa de família” significava trabalhar em casa de “pessoa decente”, que também queria dizer pessoas abastadas e poderosas. É interessante notar que o discurso das mulheres que trabalharam como domésticas trazem as marcas dos sentidos culturais da inclusão/exclusão, pois ao afirmar que foram trabalhar em “casa de família”, termo que muitas vezes era utilizado para demonstrar que não se tratava de “casas de prostituição”, as excluía de um grupo determinado de mulheres e as fazia pertencer a outro grupo de trabalhadoras, constituindo-se assim uma identidade social relativa à mulher negra trabalhadora.

Na esfera do trabalho e da educação, as mulheres não brancas estão sujeitas às subalternidades determinadas pelo *não ser*: homens e brancas. São excluídas de vagas designadas a mulheres brancas e também aos homens. O perfil exigido no mercado de trabalho delegou às mulheres socialmente marginalizadas as ocupações mais desvalorizadas. Na década de 1960, raramente se encontravam mulheres não brancas nas cozinhas de famílias de classe média e alta na região metropolitana de São Paulo.

As funções das empregadas domésticas não demandavam qualificação técnica e escolar. Os atributos de uma boa empregada eram asseio, dedicação, paciência e atenção com as crianças e, como elas mesmas disseram, bastava trabalhar como se fosse em sua casa, realizando as mesmas tarefas domésticas. A baixa escolarização, a origem humilde, as precárias condições familiares, na maioria, oriundas do campo e a pouca qualificação profissional, mantiveram esse quadro perverso entre mulheres que estavam na faixa de 40/50 anos, na década de 1960, na região do Grande ABC e que viveram na informalidade do trabalho, sem carteiras assinadas e mal remuneradas. Dados do Ipea mostram que, na região metropolitana de São Paulo, embora as mulheres representem menos da metade total de ocupados remunerados, configuram quase totalidade dos trabalhadores domésticos (96,6%), com ou sem carteira assinada (Pinheiro; Lira, Rezende; Fontoura, 2019).

As dificuldades do trabalho “da roça” reproduziam-se nos serviços de domésticas ou babás. No que diz respeito à carga horária desses trabalhos, não se pode afirmar que houve progresso em relação ao trabalho no campo, de onde muitas vieram. Acrescenta-se a isso o fato de começarem crianças na atividade laboral. As condições eram adversas, como relata Maria de Lourdes:

A minha patroa, nem sei se posso falar, ela mandava eu dar comida para a menina, mas não dava para mim. Ela era polonesa ou russa, e era uma família muito miserável, por sinal. Eu tinha 10 anos e tinha fome, em vez de dar a comida para a criança, eu comia um pouco porque eu tinha fome, para ir para a escola. Às vezes, ela me mandava embora para a escola sem almoço. (Maria de Lourdes Souza,

2005).

Para Boaventura de Souza Santos (1999), o princípio da exclusão e da integração desigual respaldam o sexismo e explicam que, à medida que os direitos de cidadania foram sendo conferidos às mulheres e elas ingressaram no mercado de trabalho, as mulheres foram passando do sistema de exclusão para o de desigualdade. No que concerne às mulheres negras, com a abolição da escravidão, elas passam majoritariamente a exercer o trabalho doméstico.

Desse modo, para entender o lugar historicamente ocupado pelas mulheres negras, é preciso compreender as raízes coloniais que estruturaram exclusão e desigualdade. Após a abolição da escravidão, a ausência de políticas específicas e de oportunidades para as negras fez com que elas saíssem da senzala e adentrassem no trabalho doméstico (Crenshaw, 2002).

Embora a escravidão não tenha origem no racismo, este se origina da sociedade escravocrata. No Brasil, após a abolição da escravidão, as mulheres negras foram forçadas a exercer o seu trabalho nas atividades destinadas aos extratos inferiores na hierarquia social, a exemplo da agricultura, operariado na indústria do tabaco e o trabalho doméstico que, embora melhor remunerado, evocava violências e cerceamentos do tempo da escravidão (Santos; Oliveira, 2018).

Arcínia, ao chegar ao ABC em 1954, trabalhou por dois anos em uma pensão, na cidade de Santo André (SP). Depois disso, procurou emprego como empregada doméstica, a partir da indicação de uma conhecida de sua mãe. Arcínia nos contou que a amiga de sua mãe a mandou ir para esse lugar e ela foi: "eu gostei deles e estou lá até hoje, há 47 anos" (Arcínia Monteiro Mathias, 2005).

A análise da construção histórica do gênero revela que as mulheres foram politicamente excluídas da esfera pública, sendo o espaço das relações familiares concebido hegemonicamente enquanto espaço privado o seu lócus demarcado. Assim, consolida-se um imaginário social que concebe o trabalho doméstico como privado enquanto função social feminina. No que concerne ao cerceamento histórico das mulheres ao espaço doméstico, restringir-se a este espaço significa estar privada da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção das decisões concernentes ao mundo público, ou seja, à existência política, segundo concepções hegemônicas que dicotomizam esfera pública e privada e têm sido pauta de estudos e debates no campo do feminismo. Esse debate traz para a arena a compreensão de que o pessoal é político, promovendo uma redefinição das noções de política e democratização (Federici; Valio, 2020).

Ao analisar essa trajetória interseccionada por questões étnico-raciais, se às mulheres brancas foi historicamente negado o *status* de cidadãs, às mulheres negras esse cerceamento envolveu dimensões ainda mais profundas e contraditórias que interditarão sua ação no mundo, reificando-as. Para Caldeira (2013, p. 1206) essa

experiência “faz parte do conjunto de relações imagéticas que atuam como memória afetivo-social, ou seja, o imaginário social”, que produz os sentidos dessas histórias de vida, assim como projetam a construção de suas identidades enquanto sujeitos, tanto na dimensão singular quanto coletiva. Para Janine Mello e Danusa Marques (2019, p. 9):

Posições destinadas às mulheres são constituídas por papéis entendidos como parte das preferências ou obrigações consideradas “femininas” e as possibilidades para que elas deixem de cumprir esses papéis estão relacionadas à configuração de poder existente em um dado momento histórico. [...] Em uma sociedade racista como a brasileira, as expectativas sexistas não são igualmente distribuídas. As representações atribuídas às mulheres variam entre negras e brancas, conforme seu tom de pele, em relação à sua capacidade produtiva, disponibilidade para relações afetivas e sexuais ou mesmo maior ou menor adesão aos estereótipos associados ao feminino.

O trabalho doméstico, no Brasil, ainda é ocupado majoritariamente pelas mulheres negras (Pinheiro; Lira, Rezende; Fontoura, 2019) e, contraditoriamente, ampliou a possibilidade de saída das mulheres brancas de classes mais favorecidas para o mercado de trabalho, liberando-as de “suas” funções em relação aos cuidados com as crianças e com o domicílio. Assim, a estrutura racista, patriarcal e capitalista marca o processo de inclusão das mulheres no mercado de trabalho a partir condições precárias de exploração das trabalhadoras negras.

Todavia, as mulheres negras participantes deste estudo também trabalharam nas diversas fábricas do ABC e da cidade de São Paulo, realizando trabalhos manuais em linha de produção. Segundo Isabel: “Era manual, com chave de fenda. Até tenho cicatriz da chave de fenda, que escapou e entrou na mão. Era tudo manual (Isabel dos Santos, 2005).

Normalmente, elas permaneciam nas fábricas como operárias, ou nas residências como empregadas domésticas, até o nascimento de seus filhos. Daí em diante, costumavam trabalhar em suas casas, como costureiras, como conta Maria de Lourdes:

Não voltei mais trabalhar porque não tinha condições, porque ele [o filho] mamava. Mas eu sabia costurar um pouco porque minha mãe me ensinou e continuei a trabalhar. Eu ia buscar roupas na [rua] José Paulino. Ele me comprou uma máquina e eu costurava em casa. Aprendi a costurar no overloque, tinha uma oficina em frente de casa, eu levava meu menino num caixote, ele ficava lá sentado e eu costurando. Sempre trabalhei. (Maria de Lourdes Souza, 2005).

A inserção da mulher negra no mercado de trabalho nas décadas de 1950 e 1960, na região do Grande ABC Paulista, foi possível devido à oferta de empregos que não exigiam qualificação. As depoentes trabalharam como empregadas domésticas, costureiras ou operárias não qualificadas, à exceção de Maria José que, devido à maior

escolaridade, pôde prestar concurso público. Essas mulheres permaneceram nesses trabalhos até serem solicitadas para a criação dos próprios filhos, configurando-se, assim, a condição da mulher negra e pobre na região nas referidas décadas. Tecer as histórias de vida dessas mulheres, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da História Oral, fez emergirem

[...] as lembranças daquelas(es) cujas histórias foram violentadas pela escrita homogeneizante e excludente da história, principalmente em espaços que lidaram com regimes opressores, relegando aos indivíduos a invisibilidade em resposta aos eixos interseccionais que os distinguem de outras pessoas, particularmente as mulheres negras. (Soares; Jorge, 2021, p. 82).

O conhecimento e a valorização dos direitos trabalhistas dessas mulheres que se tornaram empregadas domésticas diante das possibilidades sociais e históricas de suas vidas não é um assunto recorrente em suas narrativas. A ideia da servidão é marcante nos relatos sobre os acúmulos das jornadas exaustivas de trabalho, em quatro ou cinco casas/empregos, muitas vezes até mais, incluindo a jornada nos sábados e domingos, na tentativa de amealharem uma quantia que lhes possibilitasse comprar a casa própria, ou realizar outros desejos. Noções de direitos trabalhistas, portanto, ficaram no lado esquecido de suas memórias. Isso não significa que esqueceram de nos contar, mas demonstra as ausências e as lacunas em suas experiências de vida, valores e cultura.

Considerações finais

Ao serem convidadas a contar suas histórias de vida, as mulheres negras esquivavam-se, achando que não tinham nada a dizer e que suas histórias não eram importantes. Essa baixa autoestima, componente de sua identidade, inegavelmente, é reflexo de um percurso histórico em que mulheres e negras foram relegadas à marginalidade dos processos decisórios, de poderio político e econômico na sociedade brasileira. Tratou-se até aqui da construção de uma memória coletiva que determinou os lugares dos sujeitos na história e produziu os sentidos de pertencimento e de identidade, pois a memória é um dos elementos que nos fazem constituir e reconhecer nossa identidade.

Não se pode negar que os quase quatrocentos anos de escravidão marcaram a história dos negros e das negras no Brasil. Passados os séculos, parece que os equívocos ainda se repetem, sob novas atitudes, perpetuando injustiças e discriminações. Desse modo, pensar no exercício da cidadania, pela via da garantia dos direitos civis, sociais e políticos, envolve ampliar o debate em torno da necessidade de ampliação da autonomia das mulheres, considerando o recorte de classe social e raça. Para pensar em políticas públicas interseccionais, é necessário considerar as condições de inclusão das mulheres

negras no mercado de trabalho, perpassadas pela precariedade do vínculo, pelos baixos salários e pelas condições de exploração e violência.

A mulher negra não reconhece sua história de vida como valorosa. Esse sentimento de insignificância é resultado da sua exclusão social secular. Desde que os africanos foram trazidos ao Brasil pelo tráfico de escravos, praticamente inexistiram políticas sociais voltadas às suas condições de educação e preparo técnico para o exercício, não de um trabalho ou serviço, mas de uma profissão. A exclusão social e a discriminação sofridas levaram as mulheres negras a se julgarem invisíveis, quando não, desprezíveis. Suas referências de cultura e identidade refletem as condições de vida e trabalho relatadas por essas seis mulheres.

As histórias delas, aqui narradas em 2005, a partir das possibilidades do método da História Oral, trazem, colada às suas identidades, a história de um país escravocrata, tendo o patriarcado como pano de fundo, tanto nas décadas de 1950 e 1960, quando se passaram os episódios lembrados, como em 2005, quando estes foram narrados. A despeito de todas as conquistas no campo dos direitos das mulheres, configurou-se a exclusão e desigualdade.

Ao evocar a memória das depoentes no início do século XXI, foi possível trazer à tona outro referencial: o da mulher negra como sujeito em ação. Mesmo julgando “não terem nada para falar, por não terem nada na vida de interessante”, narram suas histórias de vida. Falam pouco, mas contam muito. Fazem-nos compreender a complexidade das diferenças sociais. Ao se esconderem por detrás de um sentimento de insignificância, desvelam suas identidades socialmente construídas, que parecem esquecidas, mas que fervilham em suas lembranças. Excluídas, incluem-se por meio do poder da cultura, pelo sentimento de pertencimento que suas narrativas tecem como um tecido que, mesmo esgarçado, ainda as recobre. É a cultura como desejo, contado pela memória do que fomos e do que alguma vez podemos ser, num processo de construção da própria inclusão.

Compreender que o trabalho de mulheres negras passa, nas décadas de 1950 e 1960, na região do Grande ABC, pelo trabalho das empregadas domésticas é poder compreender o que se passou dentro das nossas casas, nas nossas ruas e nas nossas cidades. A história do país que explorou a mão de obra escrava até a exaustão se realizando em nossas próprias vidas cotidianas.

Essas mulheres que contaram suas histórias, na sua maioria vindas do campo para as cidades, com pouca ou nenhuma instrução, oriundas de famílias pobres e numerosas, sem infância, passaram do trabalho braçal da roça para o emprego de babás e domésticas. No próprio núcleo familiar também foram discriminadas, vítimas de uma visão sexista de que filha mulher não precisava ir à escola. O grau de desinformação era tanto que uma delas contou que estava esperando bebê e sequer sabia por onde a criança nasceria.

Essas mulheres foram excluídas de seus direitos na infância, deixaram de brincar

ou estudar, para trabalhar. Cresceram no mercado de trabalho informal, tendo, antes, passado pelo trabalho infantil. Seu primeiro local de trabalho, a roça, que não pode ser considerado emprego, era necessidade de sobrevivência. Como babás ou empregadas domésticas, não precisavam de muita qualificação ou estudo, fato que marca um círculo vicioso e perverso nas suas perspectivas de futuro, cerceando-lhes a cidadania pela interseção das múltiplas subalternidades de raça/etnia, gênero, geração, classe social, entre outras.

Das opressões que se intersectam nas histórias de vida das mulheres negras, a divisão sexual do trabalho, que, historicamente, se deu de maneira diferente entre mulheres brancas e negras, urbanas e rurais, pobres e não pobres, podemos afirmar que elas materializam processos estruturais de hierarquização que produzem e perpetuam as desigualdades engendradas em estereótipos de gênero que atribuem às mulheres lugares predeterminados, que, quando iluminados pela perspectiva de raça, revelam o quanto a autonomia na vida das mulheres negras é desigualmente distribuída e experimentada.

A origem humilde estabeleceu em suas vidas uma hierarquia social. Por essas razões, muitas delas não reconheceram, de início, suas histórias de vida e trajetórias como valorosas. No entanto, após produzirem seus relatos, contarem suas histórias e narrarem a si próprias, iniciaram o processo de construção da inclusão. São ações como essas que o método da História Oral possibilita às nossas demandas sociais e históricas.

Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editora, 2003.

BRUNER, Jerome. The Narrative construction of reality. *Critical inquiry*, v. 18, n. 1, p. 1-21, 1991.

BURKE, Peter. *A arte da conversação*. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CALDEIRA, Cleusa. Hermenêutica negra feminista: um ensaio de interpretação de Cântico dos Cânticos 1.5-6. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 1189-1210, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300023>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 25 jan. 2022.

CRUZEIRO, Maria Manuela. *História Oral: os riscos conscientes – ou vale a pena arriscar*. Centro de Documentação 25 de Abril, Universidade de Coimbra, Portugal, 1996. Disponível em: <http://www.cd25a.uc.pt/index.php?r=site/page&view=itempage&p=1481>. Acesso em: 25 jan.

2022.

FEDERICI, Silvia; VALIO, Luciana Benetti Marques. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2020v28n270010>. Acesso em: 25 jan. 2022.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GONZÁLEZ, Jorge. *Entre cultura(s) e cibercultur@(s): incursões e outras rotas não lineares*. São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos*. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 181-205.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC-FGV, 2000. p. 31-46.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MELLO, Janine; MARQUES, Danusa. *Elementos para uma tipologia de gênero da atuação estatal: visões do Estado sobre as mulheres e políticas públicas no Brasil*. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para discussão, 2441).

MORAES, Maria Lygia. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 495-516.

MOREIRA, Vania Maria Losada. Um salto para o futuro. *Nossa História*, São Paulo, ano 2, n. 23, p. 14-19, set. 2005.

PERAZZO, Priscila Ferreira. Narrativas orais de Histórias de Vida. *Comunicação & Inovação*, São Caetano do Sul, v. 16, n. 30, p. 121-131, 2015. Disponível em: http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/2754/1672. Acesso em: 25 jan. 2022.

PINHEIRO, Luana Simões; LIRA, Fernanda; REZENDE, Marcela Tores; FONTOURA, Natália de Oliveira (Org.). *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para discussão, 2528).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 34, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/>

NFdhTdVVLSRPHzdDzVpBYMq/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 25 jan. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. A construção multicultural da igualdade e da diferença. *Oficina do CES*, Coimbra, n.135, jan. 1999.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos; OLIVEIRA, Eduardo. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/51328>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SOARES, Cecília Conceição Moreira; JORGE, Grácia Lorena da Silva. A memória afro diaspórica feminina como metodologia para pesquisa em educação. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 17, n. 48, p. 78-94, 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9269>. Acesso em: 19 nov. 2021.

SHARPE, J. A. História vista de baixo. In: BURKE, Peter (Ed.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 39-62.

TÁBOAS, Isis Dantas Menezes Zarnoff. Apontamentos materialistas à interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/76725>. Acesso em: 25 jan. 2022.

THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da Humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez. (Org.) *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC SP; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 17-43.

Fontes orais

MATHIAS, Arcínia Monteiro [65 anos]. [jul. 2005]. Entrevistadores: Equipe Memórias do ABC. São Caetano do Sul, SP, 4 jul. 2005.

PORFÍRIO, Benedita Damaceno [78 anos]. [jul. 2005]. Entrevistadores: Equipe Memórias do ABC. São Caetano do Sul, SP, 4 jul. 2005.

REZENDE, Maria José da Silva [64 anos]. [jul. 2005]. Entrevistadores: Equipe Memórias do ABC. São Caetano do Sul, SP, 6 jul. 2005.

RIBEIRO, Maria Rita [76 anos]. [jul. 2005]. Entrevistadores: Equipe Memórias do ABC. São Caetano do Sul, SP, 8 jul. 2005.

SANTOS, Isabel dos [63 anos]. [jul. 2005]. Entrevistadores: Equipe Memórias do ABC. São Caetano do Sul, SP, 4 jul. 2005.

SOUZA, Maria de Lourdes [76 anos]. [jul. 2005]. Entrevistadores: Equipe Memórias do ABC. São Caetano do Sul, SP, 5 jul. 2005.

Recebido em 15/08/2021

Versão final recebida em 25/11/2021

Aprovado em 07/12/2021

Contribuições dos autores: Lemos: pesquisa, gravação de depoimentos, análise do discurso, redação e revisão; Perazzo: pesquisa, gravação de depoimentos, estudos da memória e da região, redação; Oliveira: análises de gênero e interseccionalidade, redação.

Fonte de financiamento: Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS).

Conflitos de interesse: nada a declarar.